

Capítulo 9

Esquerdas desavindas em Portugal: Um legado da transição democrática

ANDRÉ FREIRE

Introdução

O governo minoritário do PS, apoiado em três acordos escritos para uma maioria de esquerdas (PS com BE, com PCP e com PEV), que nos governou durante toda a XIII Legislatura (de final de 2015 a final de 2019), suscitou desde o seu início muitas reservas, sobretudo entre os seus detratores.¹ E tinha também associadas muito baixas expectativas de sucesso e durabilidade, mesmo entre os seus apoiantes da primeira hora. As reservas formuladas vieram a revelar-se infundadas e o desempenho do Governo e da maioria de esquerdas superou todas as expectativas (Freire, 2019 e 2020).

Todavia, a dita aliança governativa de esquerdas, em Portugal, chegou muito tardiamente, comparativamente com o que se passava na Europa, seja em termos de coligações *tout court* entre os socialistas/sociais-democratas e a esquerda radical, seja em termos de alianças apenas com base parlamentar (tal como foi a solução portuguesa). Durante o período da Guerra Fria, havia poucos países com alianças governativas de esquerdas: França, Finlândia e Islândia. Todavia, após o final de Guerra Fria, tais alianças governativas de esquerdas difundiram-se: França, Finlândia e Islândia, Dinamarca, Suécia, Noruega, Espanha, Itália, Irlanda, Grécia, Chipre (para uma revisão deste assunto, ver March e Freire, 2012; Freire, 2017).

Aquilo que, neste âmbito, gostaríamos de sublinhar é que a falta de entendimentos governativos entre as esquerdas, até final de 2015, em Portugal, tem raízes na transição para democracia em Portugal. Ou seja, a forma como decorreu o

¹ Ver, nomeadamente, uma súpula de tais reservas e ceticismos em Silva, 2018, em que o anterior presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, sistematiza todas as suas reservas e baixas expectativas face ao primeiro “governo de esquerdas” na história democrática portuguesa (ver Freire, 2017), chamado amiúde de ‘Geringonça’ pelos seus detratores, a que acabou por dar posse. Tais reservas e baixas expectativas de Cavaco Silva ilustram bastante bem a panóplias de críticas a um tal governo nos *mass media* e na política portuguesa de então.

processo de transição para a democracia, nomeadamente com a deriva revolucionária durante o período do PREC (Processo Revolucionário em Curso), que colocou em confronto a legitimidade revolucionária (mais enfatizada pelo PCP, coadjuvando os militares mais esquerdistas do MFA (Movimento das Forças Armadas) e a legitimidade eleitoral (mais sublinhada pelo PS, coadjuvado pelos militares mais moderados do MFA, designadamente o chamado “Grupo dos Nove”), criou um cisma, uma desconfiança estrutural entre o PS e o PCP (sobre o PREC e o período da transição para a democracia, ver Linz e Stepan, 1996; Morlino, 1998; Rezola, 2008 e 2016, Raimundo, 2018; sobre o cisma entre as esquerdas portuguesas e a sua ancoragem na transição democrática, ver Bosco e Gaspar, 2001; Jalali, 2007a e 2007b; March e Freire, 2012; Freire, 2017).² Os contornos desse cisma e o seus reflexos em termos de alinhamentos políticos e de política de alianças, vão prolongar-se pelo menos desde o 11 de Março de 1975, as eleições constituintes de abril de 1975 e o 25 de Novembro de 1975, até às eleições legislativas de 1976. Portanto, para avaliarmos o legado das transições democráticas na política de alianças governativas à esquerda, consideramos como eleições fundadoras não apenas as eleições para a Assembleia Constituinte (AC) em 1975, mas também as legislativas 1976, pois é aí que se consolida a política de alianças preferenciais do PS com os partidos situados à sua direita (PPD/PSD e CDS), e não com a esquerda radical (PCP). Dada a natureza semipresidencial do regime, porém, as eleições presidenciais de 1976 são também muito relevantes para compreender este cisma entre as esquerdas portuguesas, consolidando os alinhamentos políticos e a política de alianças advenientes das eleições para a AC de 1975 e as legislativas de 1976, bem como dos contextos que as enquadraram, nomeadamente com a eleição para a Presidência da República do militar que encabeçou o *Thermidor* de 25 de novembro de 1975, Ramalho Eanes, eleito com o apoio de uma espécie de grande coligação dos socialistas com os grandes partidos parlamentares à sua direita e excluindo os comunistas: ou seja, uma aliança do PS, PSD e CDS (e ainda algumas forças ultraminoritárias, e todas ou quase todas extra parlamentares, da esquerda radical de então). No entanto, por imperativas limitações de espaço não abordaremos, neste capítulo, as presidenciais de 1976. Recomendamos a leitura de Freire e Lisi, 2016b, para um aprofundamento deste tema específico das presidenciais de 1976 e das alianças políticas que as enquadraram.

Assim, o nosso objetivo neste capítulo é analisar os desentendimentos genéticos entre as esquerdas portuguesas nessas conjunturas críticas das eleições fundadoras (eleições constituintes de 1975; eleições legislativas de 1976), e a forma como eles estruturam o cisma governativo entre as esquerdas, até finais de 2015. Como já

² Com uma posição algo idiossincrática na academia portuguesa, Tiago Fernandes e Rui Branco (Fernandes, 2017: 36; Fernandes e Branco, 2017) enfatizam a importância de certas alianças entre as esquerdas portuguesas, durante a ditadura e a transição para a democracia, nomeadamente nas CDE (Comissões Democráticas Eleitorais, ainda durante a ditadura) e no MDP/CDE (Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral: um movimento satélite do PCP que reunia católicos progressistas, socialistas, *compagnons de route* dos comunistas), como fatores explicativos de uma certa qualidade acrescida da democracia portuguesa (maior participação popular nos processos políticos, maior tendência de redução das desigualdades sociais, etc.), em contraste com o que se passou nas outras democracias recentes do Sul da Europa, mas, sobretudo, em Espanha.

dissemos atrás, ao contrário de outros capítulos do livro, o cisma entre as esquerdas portuguesas estrutura-se sobretudo a partir do 11 de Março de 1975, agrava-se com o “Verão Quente” de 1975, e tem o seu desenlace no 25 de Novembro de 1975 (Amado, 2016; Barreto, 2016; Castaño, 2016; Raimundo, 2018; Rezola, 2008 e 2016). Todavia, tal cisma irá consolidar-se (em termos de política de alianças partidárias e políticas) nas legislativas de 1976 (com o cisma entre o PS e o PCP; e as alianças governativas e constitucionais do PS preferencialmente concretizadas com os partidos situados à sua direita, PSD e CDS), até por causa da natureza semipresidencial do regime e o papel das eleições parlamentares e do presidente da República, na formação e sobrevivência dos governos. De seguida, na terceira secção do capítulo, passamos em revista as várias explicações para o cisma governativo das esquerdas, entre 1976 e finais de 2015.

Este capítulo está estruturado em quatro secções, além desta introdução. Na secção seguinte, apresentamos um esboço de teorização sobre os legados de determinadas conjunturas críticas, tais como as transições para a democracia, para os alinhamentos políticos posteriores, no caso vertente da política de alianças governativas em Portugal. Na terceira secção, apresentamos o panorama das esquerdas desavindas, em Portugal, em matéria de alianças governativas, e os fatores explicativos de tal falta de entendimentos até finais de 2015. Na quarta secção, detalhamos os elementos que estruturaram o cisma entre as esquerdas na transição para democracia em Portugal. Terminamos o capítulo, numa quinta secção, com breves notas conclusivas.

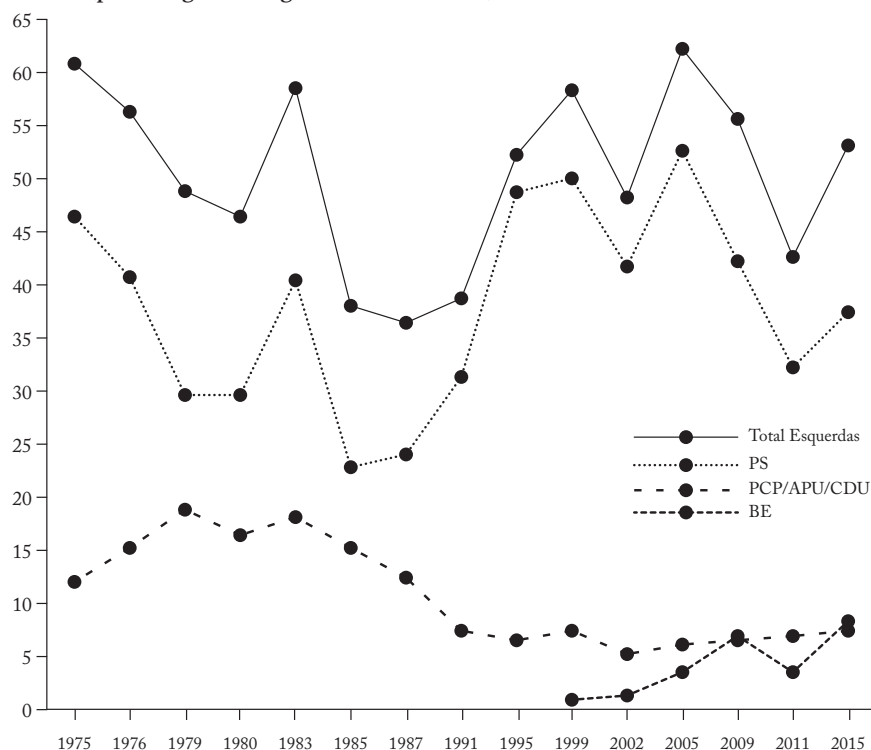
As esquerdas desavindas em Portugal: fatores explicativos

Em Portugal, durante os primeiros anos do regime democrático, a divisão entre os defensores de uma democracia de estilo ocidental (socialistas, liberais e conservadores, ou seja, PS, PSD e CDS, respetivamente) e aqueles que propõem, ou propunham, outros modelos de democracia (nomeadamente a “democracia popular” no estilo socialista, por exemplo, que foi defendida por comunistas e outros partidos radicais de esquerda na transição democrática) ficaram mais salientes do que a divisão esquerda-direita (Jalali, 2007a e 2007b) e isso teve consequências duradouras na política portuguesa, seja em termos da política de alianças partidárias no período democrático, seja em termos das orientações, atitudes e comportamentos dos eleitores (ver Freire e Kivistik, 2016).

Num estudo de 2017 (Freire, 2017; ver também March e Freire, 2012) verificámos que, no que respeita à composição dos governos de esquerdas, isto é, aos governos de coligação integrando vários partidos de esquerda (com ou sem “partidos burgueses”), há claramente efeitos muito significativos da dupla queda do Muro de Berlim (1989) e da URSS (1991) sobre a disponibilidade das esquerdas para se

entenderem acerca de soluções governativas conjuntas.³ Aliás, Luke March (2008: 13) considera que «a maior alteração verificada na estratégia da extrema-esquerda desde a Guerra Fria prende-se com a sua atitude em relação à participação no Governo. Enquanto entre 1947 e 1989 apenas o Partido Comunista da Finlândia era um participante regular no Governo – mais do que a restante esquerda da Europa Ocidental no seu conjunto –, desde 1989 não houve nenhum exemplo de um partido de esquerda em democracia liberal que tenha recusado uma oferta realista para integrar uma coligação governamental». Efetivamente, segundo os dados por nós coligidos (Freire, 2017), durante o período da Guerra Fria (1947-1989), somente em três países (Finlândia, França e Islândia) houve governos (num total de 11 soluções

FIGURA 1 Desempenho parlamentar das esquerdas portuguesas, 1975-2015
(percentagem de lugares no Parlamento)



Fonte: dados elaborados pelo autor, a partir das estatísticas eleitorais oficiais constantes no sítio da Comissão Nacional de Eleições, disponível em: <http://cleicoes.cne.pt/>.

³ Na presente secção deste capítulo, retomamos, aliás, muito do que dissemos na Parte II da nossa obra de 2017 (Freire, 2017). O leitor mais interessado em aprofundar estes assuntos, sobretudo de um ponto de vista comparativo e cotejando evidência empírica (sobretudo de natureza quantitativa, mas não só), deve, pois, consultar a referida obra e as referências aí incluídas.

governativas em cerca de 37 anos) com a participação de partidos da extrema-esquerda (sobretudo comunistas) ou esquerda radical (socialistas de esquerda, etc.), fossem eles governos de esquerda plural ou coligações arco-íris. Pelo contrário, após o final da Guerra Fria (1989-2015), em 12 países (Chipre, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Noruega e Suécia) houve governos (num conjunto de 26 soluções governativas em cerca de 26 anos) com a participação de partidos da esquerda radical (renovadores comunistas, socialistas de esquerda, alianças verdes-vermelhas, verdes, etc.), fossem eles, igualmente, governos de esquerda plural ou governos arco-íris. Portanto, neste domínio, os efeitos da dupla queda não poderiam ser mais claros e ilustram aquilo que Luke March chama “a passagem dos partidos de ‘extrema-esquerda’ e ‘esquerda radical’ do marxismo para o *mainstream*” (March, *idem*).

Nesta secção do presente capítulo, pretendemos descrever o potencial de coligação da esquerda radical portuguesa, nomeadamente apresentando a performance parlamentar das esquerdas, entre 1976 e 2015, e descrevendo as soluções governativas efetivamente encontradas (excluindo, porém, da análise o recente governo de esquerdas, novembro de 2015-outubro de 2019). Segundo, revisitar as razões para a falta de entendimento governativo das esquerdas portuguesas, seja no período antes do fim da Guerra Fria, seja depois (até final de 2015, exclusive), recorrendo, para tanto, quer às declarações dos atores políticos, quer a outras fontes e dados.

No período anterior ao final da Guerra Fria (1989-1991), há duas situações em que a esquerda, no seu conjunto (PS, PCP e seus aliados recorrentes, UDP), tem uma maioria absoluta de deputados no Parlamento (1976-1979 e 1983-1985: 56,27 % e 58,5 %, respetivamente: ver Figura 8.1) e, porém, em qualquer caso, a solução governativa encontrada foi de tipo diverso: acordo do PS com o CDS (1978-1979), depois da queda do governo minoritário do PS (1976-1978) às mãos de uma votação conjunta da direita e da esquerda comunista; acordo entre PS e PSD no chamado Bloco Central (1983-1985). Escutando-se as posições dos principais intervenientes, nomeadamente os líderes do PCP (Álvaro Cunhal) e do PS (Mário Soares), fica-se com a clara sensação de um desencontro de vontades e, aparentemente, um maior desejo de entendimentos por parte do PCP do que do PS. Vejamos, portanto, as declarações dos intervenientes.

Sobre alianças entre o PS e o PCP, dizia Cunhal em 1976 (Avillez, 2004: 106-110):

«*MJA*: Porque é que o Partido Socialista nunca quis uma aliança com os comunistas? Nunca, desde 74. Porquê?

AC: Bem, desde 1974 está a exagerar porque as alianças podem traduzir-se de muitas formas. Há alianças...

MJA: Mas eu estou a falar do governo, até de oposição...

AC: Bem, até o PS e o PPD estiveram no governo com os comunistas... (...)

MJA: Mas, depois da vossa escorregadela em 75, o PS nunca mais quis nada com vocês...

(...)

AC: Depois, no início do processo contrarrevolucionário em 75, embora aqueles que procuravam impedir a transformação de estruturas tenham assinado uma Constituição onde elas estão consagradas, as coisas ficaram mais fáceis para as liberdades políticas à maneira burguesa...

MJA: Mas há duas maneiras de compreender a liberdade?

AC: Há, sim.

(...)

(...) Porque se não fossem os comunistas e os trabalhadores, a vida não tinha sido transformada. Ainda hoje cá tínhamos os Champalimaud, os Mello, os Espírito Santo, eles ainda hoje seriam os donos de Portugal. (...) E os socialistas, em determinado momento, estiveram ao lado dos comunistas para algumas dessas transformações. Portanto, a ‘nossa escorregadela’ é entre comas...

MJA: Bom. Mas a partir daí, e sempre no quadro do PS, o PS nunca mais fez alianças, nem de oposição, com vocês.

(...)

AC: Pois não, porque preferiram voltar-se para uma aliança com a direita.

MJA: Porquê?

AC: Porque o seu projeto era a restauração do capitalismo monopolista em Portugal...»

E Mário Soares confirma, em várias ocasiões nas suas entrevistas a Maria João Avillez, a indisponibilidade do PS para entendimentos governativos com o PCP e seus aliados (1996b: 40-41, 68-69, 70, 183-184). Vejamos algumas dessas declarações. Por exemplo, sobre o colapso do I Governo Constitucional (1976-1978), que chefiou, e a posterior aliança com o CDS (após uma moção de censura que o derrubou), diz-nos Soares:

«Quando formei o I Governo, acabávamos de sair de um período (o Verão Quente de 1975) fortemente marcado pela luta contra o PCP, que ameaçara conduzir o país a uma ditadura de sinal contrário. O PS foi muito marcado por essa luta.» (Avillez, 2004: 41).

E, mais à frente, sobre a aliança posterior com o CDS (e não com o PCP), Mário Soares reforça: “(...) Fazê-lo com o PC estava fora de causa (...)” (Avillez, 2004: 70).

Mais, quando o PS venceu as eleições de 1983 e tinha a possibilidade de fazer uma aliança com o PCP (pois os dois partidos tinham, juntos, a maioria absoluta de lugares no Parlamento), Soares explica assim a sua preferência pelo Bloco Central (grande coligação entre PS e PSD):

«(...). Logo após as eleições, enviei uma carta aos militantes e fiz um referendo interno onde solicitava que se pronunciassem sobre se preferiam um acordo com o PSD ou com o PCP. (...) Apesar de a consulta não ser vinculativa, estava seguro da disponibilidade das bases socialistas para seguirem o caminho preconizado pela direção do PS. (...). Parecia-me quase impossível que, naquele momento, o PS se inclinasse para um acordo preferencial com o PC.

(...) A consulta ao partido dera-nos luz verde para negociar com o PPD». (Avilez, 2004: 183-184).

Mais tarde, após o colapso do governo minoritário do PSD (1985-87), na sequência da moção de censura do PRD (acompanhada pelo PS e pelo PCP), voltou a colocar-se a hipótese de uma coligação PS-PRD, com apoio parlamentar do PCP, ou até um governo minoritário do PS, com apoio parlamentar do PRD e do PCP. Qualquer destas situações obviava a novas eleições, podendo fazer-se no quadro parlamentar da IV Legislatura, bastando, para tal, o beneplácito presidencial (de Mário Soares). Carlos Brito (2011a: 246), um histórico do PCP e hoje membro da Renovação Comunista, relata assim a situação:

«Nestes termos, o PCP estava disposto a viabilizar um governo do PS, do PRD ou de coligação PS-PRD e, com este fundamento, foi de todos o mais aguerrido a sustentar que, ao contrário do que defendia a direita, nada justificava a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições legislativas antecipadas.»

Todavia, Mário Soares, então presidente da República (1986-1991), explica assim a sua recusa de um tal governo (que lhe terá sido sugerido pela direção do PS após uma reunião onde estiveram presentes Victor Constâncio, António Guterres, Manuel Alegre e Jorge Sampaio), uma coligação PS-PRD com o apoio parlamentar do PCP:

«Nunca admiti nomear um tal governo, que sempre considerei um arranjo inconsistente e artificial. Embora a solução que me foi apresentada emanasse de arranjos mais ou menos improvisados no Parlamento, entre os grupos parlamentares, nunca teve o meu beneplácito, e, por isso, nunca chegou a ser concretizada de uma maneira formal.» (Avilez, 1997: 28).

Resumindo: no período anterior ao fim dos regimes do “socialismo realmente existente”, a falta de entendimento entre o PS e o PCP parece ter resultado, primeiro, de uma recusa sistemática e reiterada do PS, sobretudo do pai fundador Mário Soares, em entrar em tais acordos com os comunistas e, segundo, das condições maximalistas colocadas pelo PCP (isto é, a oposição sistemática àquilo que chamavam as “forças monopolistas” e a oposição à adoção de um modelo de capitalismo “monopolista” tal como existia em muitos países da Europa Ocidental).

Podemos sistematizar um conjunto de fatores explicativos para esta falta de entendimento governativo entre as esquerdas portuguesas, que estariam por detrás daquele desencontro de vontades. Em primeiro lugar, o modelo de democracia pugnado por cada um dos dois principais partidos da esquerda (PS, modelo de democracia liberal representativa, ao estilo ocidental; PCP, modelo de democracia popular, ao estilo soviético, ou outras alternativas socialistas) era substancialmente distinto e isso separava-os profundamente (Jalali, 2007a e 2007b).

Em segundo lugar, as derivas hegemónicas do PCP durante o “Verão Quente” de 1975 (ocupações de terras, de empresas, de lugares-chave nos *mass media* e nas

Forças Armadas, etc.) geraram uma profunda e irremediável desconfiança por parte dos socialistas – sobretudo de Mário Soares – face ao PCP, apesar de Soares sempre ter defendido também a integração do PCP no sistema político democrático de Portugal (ver inúmeras passagens em Avillez, 1996b).

Um terceiro fator resulta do facto de o PCP ser uma força política com bastante peso neste período, fosse em termos eleitorais (como vimos em March e Freire, 2012, Parte II, o PCP, e seus aliados, representou/representaram por vezes entre metade a dois terços do eleitorado socialista), fosse em termos organizacionais, o que, naturalmente, gerava receios por parte dos socialistas em se aliarem a um partido comunista tão forte (Aguiar, 1983: 272-289, 296-300).

Acresce, em quarto lugar, que o PCP era um dos partidos comunistas mais ortodoxos da Europa Ocidental, sendo sempre dos mais alinhados com a URSS (Gaspar e Rato, 1992), o que causava uma profunda desconfiança também do ponto de vista dos alinhamentos geopolíticos e da política externa.

Finalmente, as exigências maximalistas do PCP para entendimentos governativos com os socialistas (manter as chamadas “conquistas de Abril”: Reforma Agrária, nacionalizações, impedir as “forças monopolistas” de se reestabelecerem em Portugal, entre outras) indicavam claramente que os comunistas estariam dispostos a negociar, mas no fundo apenas e só se pudessem hegemonizar os termos da negociação, ou seja, definindo as balizas de um tal acordo como estando distinta e primordialmente ancoradas no programa político do PCP para as questões económicas.

No período anterior ao fim da Guerra Fria, é relativamente fácil compreender a falta de entendimentos entre as esquerdas portuguesas para soluções governativas conjuntas. Menos fácil é perceber essa mesma falta de entendimentos no período após o fim da Guerra Fria. Por um lado, porque os alinhamentos geopolíticos do tempo da Guerra Fria desapareceram. Por outro lado, porque o colapso do “socialismo real” levou, em muitos casos, a uma grande renovação ideológica da esquerda radical ocidental (comunistas, pós-comunistas, alianças verdes-vermelhas, socialistas de esquerda, etc.), nomeadamente implicando uma maior abertura destas forças para participarem em soluções de governo com os socialistas (e não só). Claro que tal não aconteceu do mesmo modo para todas as forças. Por exemplo, Luke March (2008 e 2011, e capítulo 1 de March e Freire, 2012) define as condições de probabilidade de tais acordos ocorrerem como sendo muito mais elevadas entre a esquerda radical (designadamente para socialistas democráticos, onde March situa o BE, que classifica como ‘crescentemente pragmáticos’ quanto à eventual participação em governos) do que entre a extrema-esquerda (nomeadamente para os comunistas conservadores, nos quais March inclui o PCP, que são descritos como relutantes face à democracia parlamentar e pouco inclinados para cooperarem com os “partidos burgueses”, socialistas e sociais-democratas incluídos). Seja como for, a verdade é que, ouvindo as declarações dos principais intervenientes (i.e., dos líderes dos partidos de esquerda, PS, PCP-PEV/CDU e BE), e, apesar de sucessivas vagas de dissidência comunista, exigindo, entre outras coisas, entendimentos à esquerda, fica-se com a impressão de que a falta de entendimento no período após o final da Guerra Fria se deve, tanto à falta de vontade manifesta da esquerda radical em entrar em tais entendimentos (PCP e BE), quanto às exigências maximalistas apresentadas para

uma eventual negociação. Vejamos a perspectiva dos principais intervenientes sobre este tema, desde 1989-1991.

No contexto das vagas de dissidência no PCP, após o fim da Guerra Fria e do colapso dos regimes do “socialismo realmente existente”, vários foram os dissidentes do PCP a reclamar uma maior disponibilidade e flexibilidade para soluções governativas com o PS (e o BE). Por exemplo, num dos textos da sua coletânea de artigos de opinião (e textos internos endereçados a militantes/dirigentes do PCP), e na era dos governos do PS quase maioritários (mas efetivamente minoritário, 1995-1999, ou empatado com a oposição, 1999-2002⁴), João Amaral refere-se às “queixas do PS” sobre a falta de entendimentos à esquerda nestes termos (Amaral, 2002: 111-112):

«Quando algum dirigente deste PS de António Guterres é interrogado sobre a possibilidade de convergências políticas com o PCP, responde de imediato com a acusação de que isso não é possível porque o PCP faz do PS o seu inimigo principal.»

Todavia, por um lado, Amaral diz-nos que tal é errado porque

«a história e os documentos escritos estão aí para mostrar que o PCP sempre procurou, desde o 25 de Abril, que um entendimento de partidos, particularmente do PCP e do PS, fosse a base política para a formação de governos de esquerda.» (*idem*).

A seguir, descreve todas as propostas feitas pelo PCP ao PS, com tal propósito, entre 1974 (VII Congresso) e 1992 (XIV Congresso) (Amaral, 2002: 111-114). Mas, por outro lado, o mais revelador de algumas das causas da falta de quaisquer entendimentos entre as esquerdas, nesse período, está na nota de pé de página, acrescentada ao artigo original escrito no jornal *Avante*, em 23 de abril de 1998. Aí, Amaral começa por criticar os ortodoxos do PCP que, em 1998, tanto criticaram os renovadores que advogavam o chamado Novo Impulso, em particular por defenderem aproximações ao PS, até porque o PCP sempre tinha defendido tais aproximações... Porventura ainda mais revelador é quando discorre (interpretando o comportamento dos ortodoxos no contexto do Novo Impulso) sobre o insucesso de tais *démarches*:

«O sentido só podia ser um: as propostas de entendimento (do PCP com o PS) ao longo de vinte anos eram feitas com reserva mental por parte daqueles dirigentes do PCP. Eles só fariam entendimentos que hegemonizassem. Foi com este sentido que os destinatários entenderam e reagiram ao artigo» (Amaral, 2002: 111, nota).

⁴ Nestes dois períodos de governos socialistas, 1995-1999 e 1999-2002, apesar de existirem maiorias parlamentares de esquerdas no Parlamento (52,2 % e 58,3 %, respetivamente: ver Figura 8.1 no presente capítulo), as soluções de aliança para o PS foram sempre maioritariamente à direita, designadamente para passar os orçamentos e outras peças legislativas fundamentais à sobrevivência e existência políticas do governo: abstenções do PSD no contexto da adesão ao euro; votações dos deputados do PSD-Madeira e Daniel Campelo do CDS-PP, com a célebre solução do “queijo *Limiano*”.

Apesar de tudo, João Amaral insiste na necessidade de entendimentos entre as esquerdas em *A esquerda, o BE e o poder* (Amaral, 2002: 115-117), em «isolacionismo da esquerda, reforço da direita» (p. 179-182), ou ainda em «convergir à esquerda» (p. 193-196). E faz reparos e propostas muito concretas: «Não há uma política de esquerda se ela for feita contra o PCP ou contra o PS (p. 186)»;

«Sustenta-se por isso que o PCP, além da defesa das suas propostas, apresente ao PS e ao BE uma proposta de plataforma política para uma convergência pós-eleitoral, suscetível de viabilizar uma reorientação de política e de governo, que conte com a participação ou simplesmente com o apoio parlamentar dos comunistas e que seja mobilizadora de um alargado apoio social (p. 194-195).»

E define quatro pontos essenciais para uma plataforma de convergência: direitos sociais e melhoria das condições de vida, “grandes reformas democráticas” (sobretudo em matéria de Estado-Providência e Administração Pública, “reforma do sistema político” e “política europeia” (onde advoga um europeísmo crítico do PCP) (p. 196).

Na mesma linha, a Associação Política Renovação Comunista (“galáxia política” para a qual João Amaral contribuiu enormemente até à sua morte precoce: Brito, 2011b) tem entre os pontos fortes da sua plataforma política a defesa da necessidade de convergências à esquerda, mas com genuína abertura de parte a parte:

«Se por parte do PS persistir uma perspetiva hegemónica em relação ao espaço plural da esquerda e for subestimada a importância de uma perspetiva convergente; se à esquerda do PS, o natural propósito de reforço de posições próprias de cada força for confundido – como foi evidenciado nos últimos anos – com o ‘bota-abaxismo’ populista e por juízos estratégicos erróneos segundo os quais o PS é considerado ‘igual’ ao PSD: então o caminho para uma reorientação à esquerda da vida nacional encontrar-se-á bloqueado e estará facilitado o caminho para a manutenção da direita no poder e quiçá para lograr o seu objetivo de conquistar a Presidência da República.» (Renovação Comunista, 2003: 25).

As eleições de 2005 deram a primeira, e até agora única, vitória ao PS com uma maioria absoluta de deputados no Parlamento e a questão das alianças à esquerda perdeu relevo, pois não era necessária. Mesmo assim, durante esse período (2005-2009), o então deputado Manuel Alegre (mais um grupo de cinco a seis fiéis parlamentares seus seguidores na Assembleia da República) votou algumas vezes contra o seu próprio partido e ao lado do BE (e do PCP), nomeadamente nas questões relacionadas com a avaliação dos professores e com a revisão do Código de Trabalho (duas questões que deram muita celeuma na sociedade portuguesa e que geraram as duas maiores manifestações de professores, até à data: ver Freire, 2007 e 2010). Mais, este deputado ensaiou, nesse período, tentativas de aproximação ao BE, como o Encontro da Trindade (a respeito das comemorações do 25

de abril de 2008) e o fórum Democracia e Serviços Públicos»⁵. Apesar de tudo isso, foi sobretudo com as eleições legislativas de 2009, quando o PS perdeu a maioria absoluta, e, embora em muito menor medida, na corrida para as eleições legislativas de 2011, quando a situação entre PS e PSD ainda parecia empatada nas sondagens, que a questão das alianças de esquerdas se voltou a colocar com maior acuidade. Vale a pena, por isso, relatar alguns dos posicionamentos assumidos pelos principais intervenientes.

Começemos pelas eleições legislativas de 2009, as quais se caracterizaram por uma maioria relativa de deputados do PS (42,2 %) e por uma maioria absoluta de esquerdas no Parlamento (55,6 %) – ver Figura 8.1, sobre o desempenho parlamentar das esquerdas na Assembleia da República, 1975-2015. Estas eleições foram marcadas por um contexto de rejeição do exercício “musculado” da maioria absoluta (2005-2009) por parte do PS (para mais informações, ver Freire, 2010), facto que implicou, depois, segundo um inquérito realizado em 2008, que se verificasse um apoio maioritário dos eleitores, em geral, e dos eleitores das esquerdas, em particular, à ideia de um governo de coligação em detrimento de um governo maioritário monopartidário, como o que estava em funções (Freire e Meirinho, 2009). E a verdade é que as eleições de 2009 se traduziram numa quebra significativa do apoio eleitoral ao PS, que assim ficou só com uma maioria relativa de deputados no Parlamento e registaram também uma subida assinalável da esquerda radical (sobretudo do BE). Todavia, ao contrário do que se verificou, por vezes, no passado, desta vez parecem ter sido os partidos da esquerda radical a enjeitar entendimentos entre as esquerdas para uma solução de governo, enquanto os socialistas os admitiam. Antes de vermos algumas declarações neste sentido, é importante sublinhar que, de acordo com os resultados eleitorais e parlamentares de 2009, só poderia existir uma maioria de esquerda no Parlamento caso se juntassem simultaneamente o PS, o BE e o PCP-PEV/CDU (42,2 % do PS; 6,9 do BE; 6,5 % do PCP-PEV/CDU: ver Figura 8.1 do presente capítulo). Portanto, seriam precisos pelo menos três partidos de esquerda para “dançar esta dança”, facto que tornava as alianças neste quadrante mais complexas e difíceis. Deste ponto de vista estritamente numérico, as coligações do PS com a direita (CDS-PP ou PSD) eram mais fáceis, porque necessitavam apenas da anuência de um dos dois partidos de direita.

Ainda durante a campanha eleitoral das legislativas de 2009, o jornal *i* relatava que o então líder do PS, José Sócrates, já admitia «compromissos à esquerda por uma solução estável» (Lopes, 2009). Depois das eleições legislativas (setembro de 2009) e das autárquicas (outubro de 2009), Sócrates admitia, efetivamente, numa entrevista à revista *Visão* (15 de outubro de 2009: 38-50), todos os cenários possíveis, nomeadamente coligações (à esquerda ou à direita). E mesmo Mário Soares, que nos tempos da Guerra Fria sempre rejeitou entendimentos com a extrema-esquerda (leia-se com o PCP), comentava os resultados das legislativas de 2009, na revista

⁵ Ver, a este respeito, por exemplo, as seguintes peças: <http://www.youtube.com/watch?v=1p8IBLUL8bU>, <http://militantesocialista.blogspot.com/2008/12/forum-democracia-e-servios-pblicos-um.html>, <http://www.publico.pt/Pol%C3%ADtica/louca-clogiou-discurso-de-manuel-alegre-mas-desvaloriza-hipotese-de-um-novo-partido-1353048>.

Visão (01 de outubro de 2009: 72), com um inegável realismo cético («face ao que dizem os partidos da oposição (...) não me parece que haja à vista qualquer aliança ou coligação»), é certo, mas também recomendando «acordos pontuais (para passar o orçamento, para aprovar determinada lei, para isto ou para aquilo). Sobretudo à esquerda – não excluindo que, excecionalmente, também possa haver algum acordo pontual com o PSD ou com o CDS». Aliás, neste contexto, houve inclusive um conjunto de cidadãos (da renovação comunista, independentes, socialistas, ex-comunistas, intelectuais, artistas, etc.) que defendeu abertamente, num manifesto publicado na imprensa e com um sítio associado na Internet, um “compromisso à esquerda” (para uma solução de governo)⁶. A esquerda radical, porém, recusou qualquer entendimento estável para uma solução de governo (fosse ela uma coligação, um cenário muito mais difícil, ou apenas apoio parlamentar para passar os principais diplomas da governação), pondo a ênfase sobretudo na convergência em matéria de políticas públicas e menos em termos de entendimentos governativos (ver o dossiê pós-eleitoral feito pelo *Público*, em 29 de outubro 2009: 2-26).

A rejeição de entendimentos estáveis à esquerda, bem como os impactos diretos e as réplicas da crise financeira internacional de 2008 (que, pelo menos em parte, tinham levado o governo socialista, numa fase inicial, a fazer crescer o défice para dinamizar a economia, proteger os grupos mais atingidos socialmente e até para apoiar a banca) conduziram depois o PS a uma governação fortemente marcada pela austeridade e pela rejeição de muitas das medidas que tinha proposto aos eleitores em 2009 (ver Freire e Santana-Pereira, 2011). Tal deveu-se não só à falta de quaisquer entendimentos estáveis à esquerda, mas também a uma governação que, por isso mesmo, teve de apoiar-se no PSD (sobretudo para apoiar os Programas de Estabilidade e Crescimento associados a fortes pacotes de austeridade, PEC I, II e III, bem como os orçamentos) e também respondia a uma enorme pressão internacional (da UE, nomeadamente, mas também dos mercados financeiros e das agências de *rating*, entre outros), no sentido de impor a austeridade. A esquerda radical, por seu lado, não só não ofereceu apoio parlamentar ao governo do PS (exceto em temas ligados à chamada “nova política”/temas não socioeconómicos, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo, aprovado em 2010 com os votos do PS, do BE e do PCP-PEV/CDU), como propôs uma moção de censura ao governo (no caso, apresentada pelo BE e chumbada pela direita), em março de 2011, e, ao votar desfavoravelmente o quarto programa de austeridade do governo socialista (PEC IV), juntamente com toda a direita parlamentar, esteve inclusive por detrás da queda do governo do PS (Freire e Santana-Pereira, 2011).

Portanto, o BE aproximou-se mais uma vez do PCP-PEV/CDU, em termos de ênfase, numa abordagem centrada no protesto. Tal estratégia, porém, não se revelou recompensadora, pois o BE perdeu mais de metade dos votos e metade da

⁶ O autor foi um dos subscritores desse manifesto, fazendo parte da sua comissão promotora. Ver texto integral na Parte I do livro de Freire de 2017 (Freire, 2017), no qual podem também consultar-se todo o elenco da comissão promotora e, ainda, uma ligação para a página na internet que arquiva as centenas de assinaturas de cidadãos anónimos (e também algumas figuras públicas) que aderiram posteriormente, quando o documento foi aberto à subscrição pública.

sua bancada parlamentar, tendo o PCP resistido melhor, mas apenas numa certa estagnação eleitoral e num ligeiro incremento parlamentar – ganhou um deputado –, pois conseguiu mobilizar melhor as hostes, num cenário de forte crescimento da abstenção (Freire e Santana-Pereira, 2011). Apesar de o BE ter evitado um debate interno sobre o assunto, com uma convenção recusada para o imediato (como pediam, por exemplo, o então eurodeputado independente do BE, Rui Tavares, ou Daniel Oliveira, à época ainda dirigente do Bloco), a verdade é que, por um lado, estes resultados desencadearam várias críticas internas no seio do Bloco (Paixão, 2011: 12), e, por outro lado, vieram comprovar que o protesto pode ser tão penalizador eleitoralmente como a participação em soluções governativas. Todavia, e apesar disso, em termos de votações no Parlamento, PS e BE pareceram continuar significativamente afastados e, portanto, longe de quaisquer entendimentos governativos durante praticamente toda a legislatura, marcada pela intervenção da Troica (2011-2015), apesar de uma maioria dos seus deputados – e, sobretudo, dos seus eleitores – defenderem entendimentos governativos entre as esquerdas (ver Freire, Lisi e Lima, 2015; ver, também, Tabela 2.11 em Freire, 2017). Tal ficou claro logo nas declarações do histórico do BE, Fernando Rosas, num artigo de opinião publicado no jornal *Público* (Rosas, 2011: 5):

«Dito isto melhor se compreenderá a essencial inanidade das pressões que tentam, mais ou menos explicitamente, transformar o BE seja numa espécie de penduricalho radical de um PS rendido ao FMI (uma reprodução à esquerda da relação apendicular do CDS com o PSD), seja numa segunda versão dos Verdes relativamente ao PCP. Mesmo com o risco de desiludir os apóstolos do juízo final, sempre direi que tais posições não gozam de qualquer apoio significativo nas fileiras do BE. Pela simples razão de que para fazer isso não valeria a pena a aventura do Bloco. O original é sempre mais fiel do que a cópia».

No mesmo sentido, veja-se o artigo de Francisco Louçã («Para pensar o futuro: vale a aposta de um governo de coligação dentro da economia cruel?») publicado no portal do BE (Esquerda.net), em 20/07/2011, 23-44⁷. Portanto, ao contrário das previsões de Luke March para os socialistas democráticos (em que está incluído o BE), e tal como os comunistas conservadores (em que está incluído o PCP), também até imediatamente após as legislativas de 2015 os bloquistas (e o PS) se continuaram a revelar muito pouco pragmáticos em matéria de soluções de governo de esquerdas. Eram, por isso, até final de 2015, um caso relativamente desviante desta subfamília da “esquerda radical” na Europa, aproximando-se mais da “extrema-esquerda” neste domínio.

Vale a pena sistematizar algumas das principais razões que poderão ter estado subjacentes a este desencontro de vontades, em matéria de entendimentos governativos das esquerdas portuguesas no período após o termo da Guerra Fria, 1989-1991

⁷ Ver <http://www.esquerda.net/artigo/para-pensar-o-futuro-vale-aposta-de-um-governo-de-coliga%C3%A7%C3%A3o-dentro-da-economia-cruel>.

a finais de 2015. Um primeiro feixe de fatores explicativos pode ser encontrado nas características institucionais do sistema político. Ao contrário das eleições presidenciais, em que o sistema eleitoral maioritário a duas voltas força a cooperação entre os candidatos, o sistema eleitoral para as legislativas e a arquitetura constitucional (o Programa de Governo precisa apenas de não ser chumbado) dão muito poucos ou nenhuns incentivos à cooperação entre os partidos, nomeadamente no que à produção de soluções governativas diz respeito (Freire, Meirinho e Moreira, 2008). Embora determinantes, estes fatores não podem ser os mais importantes já que, e apesar deles, a esquerda não consegue entender-se para formar governo, enquanto a direita tem-no feito, reiteradamente e com sucesso, pelo menos do ponto de vista da estabilidade governativa (Freire e Santana-Pereira, 2011).

A transição para a democracia e o cisma entre as esquerdas portuguesas

Nesta última secção substantiva, passamos em revista os acontecimentos que, sobretudo desde o 11 de Março de 1975, passando pelas eleições fundadoras constituintes de 1975 e até às eleições fundadoras legislativas e presidenciais de 1976, estruturam o cisma entre as esquerdas na transição democrática portuguesa e que, portanto, podem considerar-se como sendo o legado dessa transição, e das respetivas eleições fundadoras, para o caráter de “esquerdas (portuguesas) desavindas”, no que às alianças governativas diz respeito, 1976-2015.

Há que ter em conta que a queda da ditadura e a pilotagem do processo revolucionário, que levaria à instauração do novo regime, são ambas protagonizadas pelos militares, constituídos depois por aquilo que se veio a designar o MFA. Ora, o MFA é atravessado por quatro elementos e divisões fundamentais, que tiveram também paralelos na luta político-partidária (Jalali, 2007a: 59-60). Primeiro, na ala mais à direita do MFA, tínhamos os spinolistas e os seus aliados, os quais foram os primeiros a tentar desvalorizar o processo eleitoral originalmente previsto no Programa do MFA, ou seja, a realização primeiro de eleições constituintes, apondo estes setores para se dar prioridade às eleições presidenciais sobre todas as outras, reforçando assim o poder de Spínola, do presidente e do Executivo, e só depois de proceder à elaboração de uma Constituição, a qual deveria ser referendada popularmente. Esta ala spinolista, a começar pelo próprio Spínola, tinha ainda uma visão federalista para a relação de Portugal com as colónias e, portanto, a vingar uma tal visão, isso implicaria uma manutenção das tropas portuguesas nas colónias, por um período prolongado de tempo, uma situação pouco valorizada na sociedade portuguesa de então, impopular mesmo. Esta ala do MFA e as soluções que propunha foram derrotadas logo na queda do I Governo Provisório, fazendo colapsar a tentativa de “golpe de estado constitucional”, mas, sobretudo, no contexto das movimentações e tentativas de golpe falhadas do 28 de Setembro de 1974 e do 11 de Março de 1975 (Rezola, 2008: 80-133).

As derrotas das movimentações da ala spinolista, sobretudo em 11 de março de 1975, irão reforçar as duas outras alas mais à esquerda do MFA, próximas do PCP e da extrema-esquerda, respetivamente, as quais advogavam um papel-chave para o MFA no novo regime, tal como vertido, por exemplo, no I Pacto MFA-Partidos, e, em termos mais gerais, advogavam modelos de democracia mais próximos das chamadas “democracias populares”, fossem elas de matriz mais soviética (no caso da ala do MFA mais próxima do PCP), ou de matriz terceiro-mundista (no caso da ala do MFA mais próxima da extrema-esquerda). O reforço das duas alas mais esquerdistas do MFA e, sobretudo a ação do V Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves, produz uma forte inflexão esquerdista do MFA e do PREC, com extensas vagas de nacionalizações, ocupações de terras, tomada de posições de controle pela esquerda radical nos meios de comunicação social públicos – e não só (vide os casos da Rádio Renascença e do jornal *República*). Esta inflexão esquerdista e a afirmação da legitimidade revolucionária em detrimento da legitimidade eleitoral vão ser bastante criticadas e contestadas pelos partidos pró-democracia liberal (PS, PPD/PSD e CDS) e pelos seus aliados sociais (como a Igreja Católica), mas também vão ser alvo de uma oposição violenta da parte da direita e da extrema-direita próximas da ala spinolista do MFA (Carvalho, 2017). Para poderem garantir a realização das eleições para a AC, em 25 de abril de 1975, os partidos pró-democracia liberal aceitam assinar o I Pacto MFA-Partidos, o qual procurava desvalorizar o papel da futura assembleia eleita:

«Consagrando a supremacia do poder revolucionário sobre o eleitoral, a celebração do Acordo Constitucional entre o MFA e os partidos políticos, a 11 de abril, garantia ao Conselho da Revolução que a Assembleia Constituinte não ultrapassaria os princípios consignados no Programa do Movimento e respeitaria ‘as conquistas revolucionárias’ já alcançadas. Como observa Jorge Miranda, “a Assembleia não era instituída como órgão de soberania único; diferentemente das antigas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituinte, não recebia as competências legislativas e de fiscalização política inerentes a um verdadeiro parlamento» (Rezola, 2016: 79-80).

Todavia, os resultados das eleições para a AC, que reforçaram muito o poder dos partidos pró-democracia liberal, como veremos de seguida, e a forte oposição política e social (nas ruas e no Parlamento) à “esquerdização protoditatorial” do sistema político, no “Verão Quente” de 1975, em larga medida derrotada no 25 de Novembro de 1975, vão reforçar o papel do quarto elemento central do MFA: a sua ala moderada, o chamado “Grupo dos Nove” (no qual pontificam Melo Antunes e Vasco Lourenço, entre muitos outros), próxima do PS e dos outros partidos pró-democracia liberal.

Ao lado da atividade partidária, o caminho para as eleições constituintes foi caracterizado pelo debate sobre o papel dos militares no processo constituinte.⁸

⁸ Na análise da campanha, dos resultados e das consequências políticas das eleições para a Assembleia Constituinte de 1975, seguimos de perto um nosso texto de 2016: Lisi e Freire, 2016.

Enquanto o PCP e o MDP/CDE lançaram, em novembro de 1974, uma campanha em defesa da participação direta do MFA na AC, o MES, a LUAR e a FSP criticavam abertamente a legitimidade e a oportunidade das eleições. Alguns setores do MFA começaram também a desvalorizar o ato eleitoral, surgindo várias hipóteses acerca da intervenção dos militares no processo constituinte. Havia uma linha que defendia a participação direta dos militares nas eleições; outra que pressupunha uma percentagem de membros militares (entre 10 % e 20 %) dentro da AC e, finalmente, uma terceira hipótese (surgida depois do 11 de Março), que defendia a constituição de um órgão que acompanhasse os trabalhos da Assembleia para controlar o cumprimento do Programa do MFA, mas sem direito de voto (Gómez Fortes, 2010: 120). Além da influência que as críticas de algumas forças de esquerda em relação ao processo eleitoral tiveram sobre os militares, foi também através das Campanhas de Dinamização Cultural que alguns setores militares começaram a levantar dúvidas acerca do papel das eleições enquanto instrumento de democratização (cf. Capítulo Filipa Raimundo *et al.*), devido, sobretudo, às alegadas limitações da consciência social e política de vários setores da população (Cruzeiro, 2007: 160-162). As alterações, por razões técnicas, do calendário eleitoral, aprovadas em janeiro de 1975, que levaram ao adiamento do recenseamento e do prazo da apresentação das candidaturas, reforçaram algumas das dúvidas acerca da vontade por parte do MFA de realizar o ato eleitoral, apesar das declarações de membros do governo e do presidente Costa Gomes em sentido contrário. As divergências e as dúvidas no seio dos partidos e do MFA acerca do calendário eleitoral, levaram Costa Gomes a anunciar, no dia 11 de fevereiro, a realização das eleições no dia 12 de abril.

Em janeiro de 1975, foram legalizados 16 partidos, à luz da lei publicada a 7 de novembro do ano anterior. Este processo foi importante, pois permitiu uma racionalização da oferta política, considerando a grande panóplia de partidos que emergiram logo depois do Golpe Militar. Das várias dezenas de partidos que emergiram na sequência do 25 de Abril e da ampla mobilização cívica e política que se seguiu, apenas 14 acabaram por se apresentar no ato eleitoral (Martins e Mendes, 2005: 27). Os principais atores partidários (PPD, PS e PCP) tiveram a oportunidade de participar nos vários governos provisórios formados depois do 25 de Abril de 1974. No entanto, o PCP era o único que apresentava uma continuidade organizacional e ideológica face aos tempos da clandestinidade durante o regime anterior, tendo mantido atividades e dirigentes clandestinos durante todo o regime autoritário (como é bem-sabido, o PCP foi fundado em 1921 e foi bastante ativo na oposição à ditadura do Estado Novo). Os outros partidos representados nos governos provisórios (PS, PSD) tinham ainda uma fraca implantação territorial e havia uma grande incerteza acerca do peso relativo destas forças políticas no seio do eleitorado. No entanto, a visibilidade que a presença nos governos provisórios garantiu a estes partidos contribuiu para reforçar a sua imagem junto dos eleitores. Como afirmou Freitas do Amaral (1996, 255-256; ver também Jalali, 2007: 70), o facto de o CDS ter permanecido excluído dos governos provisórios limitou, pelo menos num primeiro momento e nomeadamente nas eleições para a AC, a expansão dos eleitores deste partido e dos seus apoios eleitorais, embora esta marginalização fosse mitigada pela presença do CDS no Conselho de Estado (até ao 11 de Março),

facto que lhe granjeou alguma visibilidade, influência e legitimidade, contrabalançando a sua ausência dos governos provisórios (Sousa, 1983: 243). Em geral, o ano de 1974 representou o “ano zero” dos partidos e as eleições foram o primeiro ensaio geral para a sua afirmação no sistema político (Sousa, 1983; Jalali, 2007).

Inicialmente previstas para 12 de abril, as eleições para a AC tiveram de ser adiadas para o dia 25 do mesmo mês devido ao Golpe e Contragolpe de 11 de Março. Foi durante a famosa “assembleia selvagem”, realizada na noite do próprio golpe, que alguns militares – em particular o presidente Costa Gomes e o coronel Vasco Lourenço – conseguiram impor e manter o compromisso consagrado no Programa do MFA relativo à realização das eleições. Foi para minimizar o potencial impacto negativo das eleições sobre a ação do governo e dos militares, que foi decidido acelerar o processo de institucionalização do MFA – através da criação do Conselho da Revolução (CR) – e negociar com os partidos a Plataforma do Acordo Constitucional. O acordo estabeleceu a influência do MFA sobre o processo político e a sua supervisão sobre a nova configuração institucional, garantindo ao mesmo tempo a realização do ato eleitoral. Por outras palavras, uma certa ingerência dos militares na vida política, além da convocação da AC, foi o preço que os partidos moderados (PPD, PS, CDS-PP) aceitaram pagar para reforçar a sua legitimidade (eleitoral) perante os cidadãos (Sousa, 1983: 283-295; Rezola, 2007: 111-220, 288-314; Gómez Fortes, 2010: 157-186). Nas assembleias do MFA e dentro do CR havia muitos militares que defendiam o adiamento do ato eleitoral, devido à necessidade de proceder ao saneamento completo do Estado e à implementação das nacionalizações e da reforma agrária. Mas a posição de Costa Gomes, para quem a promessa de realização das eleições era uma “questão de honra”, acabou por prevalecer no seio do CR, fixando com o Decreto Presidencial n.º 141-A/75 (19 de março) a data das eleições para a AC para o dia 25 de abril (Amaral, 1996: 357-358; Rodrigues, 2008: 197-201).

O Golpe de 11 de Março teve várias consequências para a campanha eleitoral. Em primeiro lugar, influenciou de forma significativa a estratégia dos partidos. A cooperação entre o PCP (e o MDP) e os outros partidos de governo (PS e PSD) – estes últimos defensores de um modelo de democracia liberal de tipo ocidental; o PCP defendendo um modelo mais próximo das democracias populares ao estilo soviético – tornou-se cada vez mais difícil, incentivando uma maior aproximação entre os comunistas e as forças da extrema-esquerda.

Em segundo lugar, o Golpe teve implicações significativas para a definição do espectro partidário, sobretudo com a interdição do PDC (Partido da Democracia Cristã), do MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado) e da AOC (Aliança Operária Camponesa). No primeiro caso, decidiu-se ilegalizar o partido da direita depois da fuga dos seus líderes para Espanha. Isso também implicou a necessidade, por parte do CDS, de refazer as suas listas eleitorais, pois tinha inicialmente apresentado listas únicas, conjuntas, com o PDC (Sánchez Cervelló, 1996: 230; Gómez Fortes, 2010: 132). No caso dos dois partidos da extrema-esquerda, o CR decidiu, a 17 de março, suspender as suas atividades até à data das eleições, devido à perturbação da ordem pública e ao uso ou incitamento da violência. O CR defendeu esta decisão com o argumento de que os dois partidos

tinham feito propaganda contra as próprias eleições e contra o MFA, justificando-se assim o afastamento do ato eleitoral.

Outra consequência importante do 11 de Março foi a decisão, por parte do CR, de modificar a composição da CNE (Comissão Nacional de Eleições) com a saída dos representantes partidários. O funcionamento deste órgão tinha sido caracterizado por problemas internos relativos às polémicas entre os vários partidos, atrasando ou bloqueando o processo de decisão e a implementação das medidas necessárias à realização do ato eleitoral. Vários relatórios e documentos elaborados por esta entidade tinham alertado anteriormente para os problemas causados pelas frequentes e excessivas querelas partidárias surgidas durante as reuniões (MAI-STAP, 1975). A decisão do CR procurava pôr fim à excessiva politização deste órgão e assegurar que as suas funções não ficassem influenciadas por uma avaliação política dos contenciosos eleitorais.

Finalmente, convém ressaltar também que, na sequência das perturbações provocadas pelo 11 de Março, estabeleceram-se penas mais severas para eventuais atos de sabotagem. Apesar de alguns casos de protesto nas regiões do Norte, foram poucos os casos que deram lugar à intervenção direta do CR ou da CNE, durante a campanha eleitoral, e à aplicação das sanções previstas. A supervisão dos militares em relação ao processo eleitoral manifestou-se também na controvérsia acerca dos símbolos dos partidos. Em particular, o PCP levantou um protesto junto da CNE acerca dos símbolos apresentados pelo MRPP, UDP e LCI, enquanto o PS se queixou em relação ao símbolo usado pela FSP. Depois de o CR ter solicitado, em março de 1975, a reformulação dos símbolos, estas forças políticas foram admitidas a concorrer nas eleições, com a exceção do MRPP, devido à interdição entretanto decidida por parte do CR.

Segundo os dados oficiais da CNE (<http://eleicoes.cne.pt/>), para o conjunto do país, isto é, do território nacional, estavam inscritos no Recenseamento Eleitoral 6 231 372 eleitores, e votaram 5 711 829, ou seja, a percentagem de votantes foi de 91,66 %, um número notável, mesmo para eleições fundadoras, e que colocava Portugal no excecional nível de participação das democracias europeias com voto obrigatório. Este resultado, em matéria de participação eleitoral, era de molde a evidenciar um brutal respaldo da população às “eleições livres e democráticas” enquanto fonte de legitimação do poder e de aferição da vontade popular. Assim, também o reduzido nível de “votos nulos e brancos” (396 765, representando 6,95 % do total de votantes) dava claro respaldo àquelas forças políticas que colocavam enorme importância nas “eleições livres e justas” como elemento fundador do novel regime democrático, ou seja, aqueles que se batiam pela “legitimidade eleitoral” em oposição, ou em detrimento, da “legitimidade revolucionária.” Assim, também a votação conjunta dos partidos defensores do modelo da democracia liberal e representativa, ao estilo ocidental, com 71,87 % dos votos (para PS, PPD e CDS), claramente reforçavam aqueles que davam prioridade e enorme importância às eleições/à “legitimidade eleitoral”, em detrimento dos que tentaram secundarizar as eleições/dar prioridade à “legitimidade revolucionária” (no conjunto dos partidos que obtiveram representação parlamentar, os partidos que invocaram sobretudo a “legitimidade revolucionária” – PCP, MDP e UDP-, em detrimento da “legitimidade eleitoral”, totalizaram apenas

17,39 % dos votos). Portanto, fosse em termos de nível de participação eleitoral, fosse em termos de “votos brancos e nulos”, fosse, finalmente, em termos de apoio eleitoral aos partidos pró-ocidentais (PS, PPD e CDS), os resultados das eleições para a AC claramente reforçaram o suporte popular ao novel regime democrático. Aliás, durante o período subsequente, nomeadamente até ao 25 de Novembro de 1975 (e, sobretudo, durante o chamado “Verão Quente” de 1975), tais partidos não se cansarão de esgrimir a sua forte “legitimidade eleitoral” para exigirem mudanças nos governos provisórios e para combaterem as derivas revolucionárias do “Verão Quente” de 1975 (Rezola, 2007; ver, também, Avillez, 1996a). Portanto, as eleições fundadoras de 25 de abril de 1975, para a AC, bem como o contexto que as antecede, sobretudo desde o Golpe de 11 de Março de 1975, e as sucede, sobretudo no “Verão Quente” de 1975, são elementos estruturantes fundamentais do cisma no seio das esquerdas portuguesas e que perdura até finais de 2015, quando se irá formar o primeiro governo minoritário do Partido Socialista, com o apoio parlamentar formal dos comunistas (PCP), dos bloquistas (BE) e dos Verdes (PEV).

No contexto de um suposto golpe militar das alas mais à esquerda do MFA, teve lugar, em 25 de novembro de 1975, um contragolpe, liderado, entre outros, por Ramalho Eanes, que viria a ser o primeiro presidente eleito da República Portuguesa democrática. Esse contragolpe viria a consagrar, nomeadamente, a disciplina militar nas Forças Armadas e, sobretudo, o triunfo da legitimidade eleitoral sobre a legitimidade revolucionária, ou, dito de outro modo, veio selar a instauração de uma democracia liberal e representativa ao estilo ocidental (Amado, 2016; Barreto; Castaño, 2016; Barreto, 2016; Rezola, 2008 e 2016).

Porém, «apesar de algumas pretensões do Conselho da Revolução (CR) terem sido recusadas, nomeadamente em termos de poderes constituintes, a sua legitimidade e poder revolucionário não são totalmente abolidos, mantendo-se a tutela militar sobre o poder civil. Assinale-se, no entanto, o abandono do conceito de um MFA enquanto “motor da revolução”, sendo o CR remetido para um papel de salvaguarda das instituições democráticas e das conquistas do 25 de Abril (Rezola, 2016: 95)».

Além do 25 de Novembro de 1975, as eleições legislativas e presidenciais de 1976 são também peças-chaves na afirmação do modelo de democracia liberal e representativa, por um lado, e na afirmação da preponderância da clivagem de regime, que opunha PS, PPD/PSD e CDS ao PCP e à extrema-esquerda, face à clivagem esquerda-direita, PS, PCP e extrema-esquerda face a PPD/PSD e CDS, em termos de alianças governativas e de regime (constitucionais e para-constitucionais). Um claro legado da transição democrática portuguesa em matéria de política de alianças governativas e de regime, que perdurou pelo menos até final de 2015.

Antes do começo da campanha eleitoral para as legislativas de 1976, a atividade partidária continuou muito intensa, quer a nível interno (para a definição da estratégia a seguir e pela instabilidade dos equilíbrios internos de poder), quer a nível externo, devido ao processo de estruturação dos principais partidos (Sousa, 1983).⁹

⁹ Para esta análise das legislativas e presidenciais de 1976, retomamos os nossos trabalhos de 2016: Freire e Lisi, 2016a e 2016b.

Os meses que se seguiram ao 25 de Novembro de 1975 foram caracterizados pela “guerra das manifestações” entre partidários das forças de extrema-esquerda, por um lado, e uma vasta e heterogénea coligação anticomunista (ativa sobretudo no Norte do país), por outro (Palacios Cerezales, 2003). As sedes do MDP/CDE e do PCP sofreram repetidos assaltos, enquanto se intensificaram os ataques bombistas por parte de forças de extrema-direita. Um dos exemplos desta crescente tensão emergiu durante o congresso do CDS, realizado no dia 8 de fevereiro de 1976. Nesta ocasião, o debate partidário foi apagado pelas confrontações que se verificaram fora do recinto entre militantes do CDS e contramanifestantes da extrema-esquerda, provocando cinco feridos.

No dia 3 de abril de 1976, começou oficialmente a campanha eleitoral para as eleições legislativas. Catorze partidos foram reconhecidos e autorizados a participarem. Apesar de o panorama partidário ainda apresentar um certo desvio “esquerdizante”, alguns partidos da direita (PDC e PPM) conseguiram ser legalizados e apresentar candidatos.

Embora a lei em vigor proibisse a divulgação de sondagens, de acordo com as fontes de imprensa, o PS surgia como o partido favorito e o que tinha um maior apoio popular (*Expresso*, 17 de abril de 1976). Na preparação da campanha, os socialistas beneficiaram não apenas do sucesso da revisão do Pacto MFA-Partidos e da nova correlação de forças no seio dos militares, mas também das intensas relações com os membros europeus da mesma família política. Esta estratégia foi evidente com a realização da conferência “Europa connosco” (13-14 de março de 1976), em que participaram os principais dirigentes de vários partidos socialistas europeus. Esta cooperação com a família socialista europeia foi importante não apenas pelo reconhecimento internacional que trouxe ao PS, em geral, mas também pelo prestígio nacional que este evento atribuiu a Soares, sem referir os apoios financeiros e logísticos necessários à realização da campanha eleitoral dos socialistas.

O PS e o PSD conduziram uma campanha baseada no mesmo objetivo: isolar o PCP e procurar, ao mesmo tempo, alargar o mais possível as suas bases eleitorais. Por um lado, os dois principais partidos moderados criticaram a “dupla estratégia” dos comunistas (revolucionária, por um lado, e legalista, por outro) e a ambiguidade do PCP face ao ato eleitoral. Por outro, a mensagem dos dois partidos baseou-se sobretudo na clivagem sobre o tipo de regime político a instaurar, deixando de lado questões mais substanciais relativas, por exemplo, aos valores, ao papel do Estado na economia ou à construção do Estado-providência. Ou seja, a clivagem política em torno do tipo de regime, colocando de um lado os partidos moderados pró-ocidentais (PS, PPD e CDS) e do outro os comunistas (PCP) e a restante extrema-esquerda, sobrepôs-se à tradicional divisão entre esquerda (PS, PCP e restante esquerda) e direita (PPD, CDS, PDC). Deste ponto de vista, a ênfase numa estratégia predominantemente eleitoralista (do PS e do PSD) e na definição da arquitetura constitucional (PS, PSD e CDS) contribuiu para diluir os alinhamentos ideológicos e sociais dos dois principais partidos, reforçando a heterogeneidade das respetivas bases eleitorais (Jalali, 2007a). Por outras palavras, a formação da “coligação democrática” que se formou em volta do PS, do PPD e do CDS, por oposição à extrema-esquerda (PCP e outros), iria impedir que a clivagem esquerda-direita fosse o traço principal

dos alinhamentos eleitorais, sobretudo da sua estruturação a partir das lideranças partidárias, pelo menos no período fundacional da democracia portuguesa.

O PCP definiu a estratégia eleitoral para as legislativas durante a Conferência Nacional, realizada a 14 de março de 1976. Esta foi também a ocasião para lançar o começo da campanha eleitoral. Apesar de os ataques ao partido terem diminuído de forma decisiva a partir de fevereiro desse ano, o PCP levantou várias vezes durante este período o problema das situações “antidemocráticas” que se registaram em várias regiões do país, sobretudo nalguns distritos do Norte (Viseu, Guarda, Leiria, Bragança, Braga) e nas ilhas, ou seja, dos ataques ao partido e às suas sedes regionais e locais (PCP, 1976). O isolamento do PCP emergiu também a nível institucional, com a indisponibilidade dos socialistas em estabelecer qualquer forma de cooperação com este partido, sobretudo em matéria governativa. Depois da viragem na correlação de forças dos militares, os comunistas assumiram, pois, um caráter antissistémico, perspetivando-se, assim, a futura exclusão deste partido do “arco de governação”.

Inicialmente, o CDS teve maiores dificuldades em se afirmar como ator relevante dentro do novo sistema político. A sua formação relativamente tardia, o afastamento dos governos provisórios e as ligações que alguns dirigentes mantinham em relação ao antigo regime foram fatores que relegaram este partido para um papel secundário. Porém, analogamente a outros partidos e para superar essas fragilidades, foi importante a ação desenvolvida pelo partido da União Cristã-Democrata alemão (CDU), que apoiou a formação de candidatos e a organização da campanha, sobretudo em termos logísticos. Este apoio contribuiu para fortalecer as estruturas do partido e mobilizar os eleitores durante a campanha, com a organização de comícios, mesmo nas zonas de maior dificuldade de penetração, evitando os problemas de segurança e agitação que se tinham verificado nas eleições anteriores (Amaral, 2008: 34-38).

Sobre os resultados das primeiras eleições parlamentares “livres e democráticas”, em Portugal, refira-se, em primeiro lugar, que a participação eleitoral foi de 83,53 %, o que representa um declínio da participação face à verificada na eleição da AC (91,66 %) um ano antes, mas, ainda assim, acima do nível verificado nas presidenciais de 1976 (75,47 %). Em segundo lugar, registe-se um reforço claro dos partidos pró-regime demoliberal (PS, PPD e CDS), ao estilo ocidental, que passaram de 71,87 % dos votos, na AC, para 75,2 %. Portanto, mais uma vez, o novel regime democrático, bem como a clarificação político-militar da sua ancoragem com o 25 de Novembro, mereceram um claríssimo respaldo popular. Note-se, porém, que face aos resultados da AC, este reforço do apoio aos partidos pró-regime demoliberal resulta, sobretudo, da evolução do CDS (de 7,61 % para 15,97 %), já que, quer no caso do PS, quer no caso do PSD há até pequenos refluxos (de 37,87 % para 34,88% e de 26,39 % para 24,35 %, respetivamente). Tal reforço do CDS poderá ter resultado de uma maior visibilidade do CDS no Conselho de Estado e, sobretudo, de um certo alívio do voto útil em seu benefício.

Em terceiro lugar, à esquerda do PS, a não concorrência do MDP e a concentração (estimada) dos respetivos votos no PCP, que era um dos objetivos das duas forças com esta solução, parece ter resultado, pelo menos, parcialmente. Por um lado, porque o PCP passou de 12,46 % (AC) para 14,39 % (1976), embora assim não conseguindo capitalizar todo o potencial do MDP (4,14 % na AC). Por outro

lado, este incremento (juntamento com o aumento da dimensão do Parlamento, de 250 para 263 lugares) permitiu ao PCP passar de 30 para 40 mandatos (PCP e MDP: 35 mandatos na AC), capitalizando, assim, melhor com as regras eleitorais. Aliás, note-se que as regras eleitorais e a distribuição do voto do PCP (mais concentrado) face à distribuição de voto do CDS (mais difuso) podem explicar o facto de o segundo partido ter tido maior força eleitoral do que o primeiro, mas estarem depois os dois praticamente *ex-aequo*, em termos de percentagem de mandatos no Parlamento.

Quer as eleições presidenciais de 1976 (ver Freire e Lisi, 2016b), quer as eleições legislativas que as precederam (em abril de 1976), foram momentos-chave da construção da nova democracia gizada na Constituição da República Portuguesa de 1976. Primeiro, porque a seguir às eleições para a AC, realizadas em abril de 1975, são mais duas eleições “livres, competitivas e justas” realizadas pelo novel regime: são as três “eleições fundadoras” do novo regime. Segundo, marcaram o triunfo do modelo da democracia liberal e representativa em Portugal, por oposição ao modelo das então chamadas “democracias populares” (URSS, China e respetivos satélites), com largo apoio partidário e fortíssimo respaldo popular. Terceiro, marcam a integração bem-sucedida dos militares revolucionários no processo político. Porém, estas eleições presidenciais e legislativas de 1976 indiciam também dois problemas de funcionamento do sistema político português, 1976-2015, que têm, neste período, boa parte das suas raízes. Ou seja, ao nível do sistema de governo marcam as dificuldades de entendimento das esquerdas para formarem governo, (dando origem a sistema político desequilibrado, com uma direita que coopera para governar e uma esquerda incapaz de fazê-lo), assim como os limites da ação presidencial sem apoio partidário (os governos de iniciativa presidencial, posteriormente propostos pelo Presidente da República Eanes, em 1978-1979, nunca foram bem-sucedidos, porque não tinham respaldo parlamentar). O balanço geral é, ainda assim, largamente favorável ao novo regime democrático então implantado.

Notas conclusivas

O governo minoritário do PS apoiado por acordos parlamentares com o BE, com o PCP e com o PEV, 2015-2019, também conhecido por “Geringonça”, foi muito popular em Portugal, apesar das inúmeras resistências e das baixas expectativas iniciais, e no estrangeiro, merecendo atenção de políticos, jornalistas e académicos, nomeadamente porque combinou a inversão das políticas de austeridade, a integração de todas as esquerdas na governação e o cumprimento das regras europeias, além dos bons resultados económicos e na recuperação de rendimentos e direitos dos trabalhadores e pensionistas. Mas, em Portugal, tal governo pôs fim a um cisma de cerca de 40 anos entre as esquerdas portuguesas, que até então nunca se tinham entendido nacionalmente para governar.

Como demonstrámos neste capítulo, tal cisma das “esquerdas desavindas” em Portugal contrastava com a situação europeia, sobretudo depois da queda do muro

de Berlim, quando os entendimentos governativos entre os sociais democratas/socialistas e as esquerdas radicais se difundiram bastante na Europa Ocidental. No presente capítulo, demonstrámos que o cisma entre as esquerdas portuguesas, 1976-2015, tinha raízes na transição democrática portuguesa (apesar de ter uma etiologia multifatorial), 1974-1976 (raízes essas consubstanciadas e cristalizadas nas eleições constituintes de 1975 e nas eleições legislativas e presidenciais de 1976, muito embora por razões de espaço as presidenciais de 1976 não tenham sido analisadas neste capítulo: ver, porém, Freire e Lisi, 2016b), nomeadamente devido ao confronto entre a legitimidade revolucionária (encabeçada partidariamente pelo PCP) e a legitimidade eleitoral (defendida partidariamente pelo PS, pelo PPD/PSD e pelo CDS), mas também pelo confronto entre dois modelos de democracia opostos, a democracia popular (defendida pelo PCP e pela extrema-esquerda) e a democracia liberal (defendida pelo PS, pelo PPD/PSD e pelo CDS). Tal levou a um cisma entre o PS e o PCP, a uma subalternização da clivagem esquerda-direita em prol da clivagem de regime, e a uma política de alianças governativas (e constitucionais) desequilibrada, o chamado “arco da governação”. Entre 2015 e 2019, pôs-se fim a esse legado da transição democrática – bem do meu ponto de vista. Resta ainda ver se este último período representou a abertura de uma nova fase na política portuguesa, ou se foi apenas um pequeno interregno. Seja como for, o cisma das esquerdas, oriundo da transição democrática, parece definitivamente ultrapassado.